

Carlos Leone

O essencial sobre  
CRÍTICA LITERÁRIA  
PORTUGUESA (ATÉ 1940)

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

## **INTRODUÇÃO: ANTES DA CRÍTICA, A CENSURA**

O problema central da crítica literária em Portugal é a predominância de modos pré-modernos de regulação social (logo, também literária) até há bem pouco tempo. Entre eles, a censura de origem estatal, desde os seus primórdios associada a aspectos religiosos, é o mais relevante, mas não o único: há ainda que contar com os efeitos sobre o espaço público conatural à crítica da pobreza material, do isolamento geográfico, entre outros. Se logo na introdução a este pequeno volume escolhermos destacar a pressão da censura sobre a actividade crítica, isso deve-se à sua constância, à sua duração histórica, por um lado, e às consequências culturais que gerou mesmo quando a sua actividade não se fez sentir directamente.

Apesar de a noção «crítica» circular nas letras portuguesas desde o século XVI (justamente o século da instauração da censura religiosa em Portugal), certo é que o seu uso não possui sentido definido antes do século XIX. Existiu sim, de facto, uma limitada tradição de comentário textual, na esteira da marginália medieval, a Camões, concretamente a *Os Lusíadas*, desde o século XVI. Ao escrever a entrada dedicada a «Crítica Literária» em Portugal para o *Dicionário de Literatura Portuguesa* dirigido por Jacinto do Prado Coelho, António Salgado Júnior observa no entanto que só pouco a pouco excedeu esse estatuto de comentário e apenas em parte pode ser qualificada de crítica; algum trabalho na investigação de fontes permite considerá-la uma crítica de estética clássica, procedendo por comparação entre fontes pouco claras.

O que desde cedo se desenvolveu em Portugal, contudo, foi a polémica, algo que só aparentemente contrasta com a pressão da censura. Com efeito, a crítica literária, como a crítica em geral, precisa de liberdades públicas para se desenvolver; na falta delas, o recurso à polémica e em particular à polémica cifrada ganha importância como modo de sub-

verter as limitações ao discurso público. O anonimato, o jogo de palavras incompreensível para os leitores de gerações posteriores, o insulto e a insinuação adquiriram por esta razão um papel que, numa sociedade da Europa moderna, por definição cabe à crítica. Tal não se deveu a nenhum facilitismo imediatista próprio do jornalismo, à altura ainda por criar. Deveu-se sim à escassa actividade das academias clandestinas supostamente destinadas a contornar os impedimentos oficiais, sobretudo ao longo do século xvii.

Em rigor, a censura que constituiu o regime das letras portuguesas desde meados do século xvi era composta de várias instâncias. Feita da censura eclesiástica de origem medieval, a esta se acrescentou a censura inquisitorial como instrumento primordial da Contra-Reforma (um zelo notável, num reino que não chegara a conhecer a Reforma), actuando quer de forma preventiva (censura prévia e índices expurgatórios, duas práticas iniciadas no século xvi) e igualmente de forma repressiva, policiando meios de comunicação, sobretudo portos, e postos de distribuição das obras censuradas, sobretudo bibliotecas. Desta censura religiosa,

escreve J. S. da Silva Dias, no artigo «Censura» do mesmo *Dicionário*: «A mentalidade conservadora dos agentes censórios repercutiu fundamente na actividade dos nossos escritores, quer suprimindo nas obras os passos ou pensamento ‘subversivos’ (cf. os casos do *Cancioneiro Geral* de Resende, da *Crónica de D. Manuel* de Góis, dos *Autos* de Gil Vicente, etc.) quer, principalmente, levando-os a absterem-se de abordar ou de exprimir certos modos de ver. O pretexto religioso cobria por vezes secretos objectivos políticos ou até simples convicções de grupo ou de época. A censura inquisitorial determinava, assim, a autocensura individual.» Por fim, a censura do Estado, igualmente instituída no século XVI, vem complementar a vigília em matéria de credo e costumes com a atenção aos aspectos políticos das obras publicadas.

Durante o consulado de Pombal, estas três censuras reorganizaram-se como Real Mesa Censória e só após sucessivas reformas, abolições e reinstuições, esta última forma de censura foi, já no século XIX, abolida (com a vitória constitucional de 1834). A propósito desta evolução já marcadamente moderna, escreve Silva Dias: «Ainda que sempre

bastante limitativa da liberdade de expressão do pensamento nas suas incidências políticas e religiosas, a Mesa correspondeu ao propósito de estadualização da censura e, ao mesmo tempo, de liberalização da imprensa, na medida em que a liberdade de pensamento pudesse ser compatível com a polémica antijesuítica e com as directrizes regalistas e iluministas do Estado.» Ora, justamente, esta descrição não se compagina com iluminismo de espécie alguma nem se vê que liberdade de expressão na imprensa possa subsistir na sua ausência (Silva Dias anota mesmo, ao terminar o seu texto, que o efeito repressivo desta censura estatal foi comparável ao da censura religiosa).

É facto bem conhecido que os principais órgãos de imprensa do liberalismo português se publicaram em Londres para escapar à perseguição dos censores. Como, então, falar de iluminismo em Portugal quando numa data tão tardia como o século XIX, a tão moderna liberdade de expressão está ainda assim coarctada?

Antes de nos referirmos à ligação entre crítica e Luzes (cf. cap. 1), é pertinente sublinhar como a pressão combinada de tantas formas de censura

conduziu a uma prática crítica muito reservada e a preceitos mais próprios da pesquisa bibliográfica do que do ajuizamento crítico. Cada vez mais servidora de estratégias linguísticas e literárias que a cerceiam (e de que o arcadismo irá ser o último caso), a crítica literária em Portugal não conhece nenhum momento de afirmação social antes do século XIX. Podemos até afirmar, antecipando-nos um pouco, que a sua querela dos Antigos e dos Modernos dar-se-á apenas com a Questão Coimbrã. Mas, antes de entrarmos na relação entre crítica e iluminismo, duas palavras a respeito dos dois autores que extravasam as limitações deste pequeno cenário, Garrett e Herculano.

Almeida Garrett foi, para todos os efeitos, o autor romântico por excelência da literatura portuguesa e como tal foi imediatamente reconhecido e celebrado. Isso mesmo iremos ver já de seguida, através dos casos de Lopes de Mendonça e de Rebello da Silva. A sua acção sobre a língua portuguesa (na prosa de ficção) e sobre a dimensão pública da arte literária, com a fundação do Teatro Nacional, atesta bem como aos seus olhos liberais

toda a maquinaria censória era já obsoleta. Concomitantemente, a sua influência sobre a crítica não foi menor. Só a partir da sua Obra houve nas Letras portuguesas uma renovação capaz de suscitar um trabalho crítico também ele novo e, seguindo o exemplo de Garrett, modelado por padrões europeus modernos. A sua exclusão deste *Essencial* não significa por isso qualquer desconsideração da sua influência, apenas a constatação do facto de o seu génio não se ter expresso predominantemente por via crítica (tal como irá suceder, no século xx, com Pessoa).

Quanto a Alexandre Herculano, também ele activamente empenhado na política, há que reconhecer que a sua influência se fez sentir mais na historiografia do que na literatura ou na sua crítica. É certo que o seu polemismo e a sua investigação à Inquisição em Portugal carregam para o discurso crítico português, incluindo o literário, perspectivas da maior relevância, mas a crítica literária não foi nunca, verdadeiramente, o seu afazer. Cabe-lhe sim o papel de fundador da moderna historiografia portuguesa, a qual, por seu turno, contribuiu sempre de forma muito desigual para as matérias literárias.



Duas tradições, então, uma de crítica literária (originada na esteira de Garrett), outra de história por vezes literária (descendente de Herculano). Não será de estranhar que na crítica literária portuguesa o nome de Garrett adquira maior relevância com o tempo do que o de Herculano. Mas veremos já de seguida como, no início da crítica literária em Portugal, os dois nomes estavam tão associados.

Este *Essencial* não pretende explorar desenvolvimentos autores já contemplados nesta colecção (como Fidelino de Figueiredo ou Sampaio Bruno) mas sim apresentar um fio condutor para a questão da crítica literária em Portugal, a saber, o da sua relação com os sucessivos esforços para a modernização da sociedade portuguesa. Não sendo a primeira vez que trabalhamos este tema, recuperámos no capítulo 1 trechos de prefácios que escrevemos para as reedições pela INCM de Lopes de Mendonça, Rebello da Silva e Pinheiro Chagas e no capítulo 2 reunimos materiais de duas críticas (uma na revista *Metacrítica*, outra em *Cultura*) a reedições recentes de Eça. Todos os excertos desses textos foram adaptados para se integrarem neste volume.

## ÍNDICE

Introdução: antes da crítica, a censura .....	3
1 — Crítica e iluminismos .....	11
2 — Crítica literária e crítica social .....	35
3 — Crítica ou ciência? .....	53
4 — Uma crítica para o século xx .....	71
<i>Bibliografia</i> .....	83